

■ A co-produção da greve *As greves de dezembro de 1995 na França*

Giuseppe Cocco

Os frios meses de novembro e dezembro de 1995, na França, foram atravessados por uma onda de greves dos trabalhadores dos serviços públicos - em particular nos setores de transportes - que chegaram a ser comparadas, pela duração e participação, às greves históricas de maio de 68. Apesar de constituírem um dos eventos sociais mais importantes dos últimos anos, as greves francesas não ocuparam no Brasil, nem na imprensa, nem no debate acadêmico, um espaço de informação e de reflexão proporcionais. Não cabe a esta nota de conjuntura propor uma análise exaustiva; mais sinteticamente, queremos apontar alguns traços específicos, isto é, as inovações que caracterizaram esse movimento social assim como a batalha político-intelectual que, a partir dele, pode ser desencadeada.

A greve dos caminhoneiros que paralisa a França no final de 1996, além de constituir uma outra experiência importante dos conflitos emergentes na nova organização social da produção pós-fordista, confirma a dimensão paradigmática e inovadora da primeira greve geral da circulação de dezembro de 1995.

Um movimento sem "origens"

A imprensa francesa e internacional, assim como a maioria dos comentários acadêmicos - o mais conhecido no Brasil é o do sociólogo Alain Touraine¹ - insistiram sobre a genealogia do movimento atribuindo-lhe uma origem composta, por um lado, pelo avanço da crise do trabalho - aumento exponencial dos níveis de desemprego e precariedade dos novos empregos - e, por outro lado, pelo protesto sindical contra o plano do Primeiro Ministro Juppé. Nessas abordagens, que parecem um tanto óbvias, surge um gros-

seiro processo de historicização do evento²; paradoxalmente, a ideologia da pós-modernidade pretende explicar o presente a partir do passado e, ao invés de elucidar o passado pelas instâncias do presente, acaba por reduzi-lo ao último elemento de uma genérica tendência evolutiva. Uma redução sobre a qual se apoiam as mais diferentes tentativas de controlá-lo e esvaziá-lo por meio de “uma lógica do passado que justifica o presente e pretende aprisionar o tempo futuro no seu sistema”³. O discurso é simples: as greves não constituíram mais que um movimento de mera resistência corporativista. Portanto, segundo esse discurso, seria necessário, por um lado, compreender o desespero e o medo⁴ que animam os grevistas e, por outro, condenar com veemência o corporativismo que dificulta as incontornáveis adaptações do sistema de Welfare - previdência, seguro desemprego etc. - aos imperativos econômicos da globalização. Nesta *doxa*, ou seja, nesse “sistema ordenado de interpretação do mundo”⁵, qualquer tentativa de definição de uma alternativa aos remédios mercadológicos do neoliberalismo como padrão de reforma do Estado e do espaço público será, necessariamente, conservadora. “Na sua crispação sobre o território nacional, no seu apelo à exceção francesa da qual o serviço público (francês) seria um dos componentes essenciais, a greve toma os rumos da defesa *identitaire*, já explorados, em outros *loci* políticos, por outras forças políticas”⁶. A referência às forças políticas de extrema direita, nacionalista e reacionária, é explícita: “para Wieviorka⁷ é Le Pen (o líder da direita xenófoba francesa) que aparece por trás da greve dos metroviários”⁸. A acusação de corporativismo⁹ é o modo pelo qual os sacerdotes do pensamento único excomungam qualquer reticência às receitas neoliberais que defendem, não porque são corretas e “justas” mas porque são inevitáveis. Uma acusação usada como *passpartout* por um discurso ideológico que, pela primeira vez depois muitos anos e exatamente por causa do movimento, tornou-se bem visível sob os panos rasgados de um muro intelectual que não consegue mais esconder a sua nua transcendência, isto é, o discurso de legitimação de um “poder que se coloque fora do homem e da comunidade”, mera “ideologia prática da globalização capitalista”¹⁰. E, como Pierre Bourdieu afirmou numa assembléia de ferroviários, o movimento de dezembro fez com que esses intelectuais “descobrissem espantados o abismo que separa a com-

preensão racional do mundo... e o desejo profundo das pessoas”¹¹.

O “devir” do movimento

Falar do devir de um movimento que não tem representação nem discurso e que já se iniciou na mais plena anomia, pode parecer um pouco idealista. No entanto, se é verdade que o movimento francês de novembro-dezembro não tinha origens históricas, nem por isso ele nasceu do nada e acabou no vazio. Como aconteceu em todos os grandes conflitos sociais das últimas décadas nos países centrais, a mobilização estudantil antecipou-o de duas maneiras: na sua estimulação e na construção de uma série de eventos singulares que, desde meados dos anos 80, abriram, para os novos sujeitos sociais, novos planos de territorialização. Essa força das lutas estudantis está intimamente ligada ao papel central que desempenhou o sistema de formação enquanto elemento chave da organização social do trabalho no pós-fordismo. É por isso que, cada vez mais, o conflito nasce na sociedade, na relação social *tout court*, para depois propagar-se à “relação salarial” como elemento específico, e não mais estruturador, dos arranjos produtivos. Desde as manifestações gigantescas dos estudantes de 1986, até as lutas violentas contra o *Contrat d’Insertion Professionnelle*¹² (CIP) em 1994, encontramos uma multiplicidade de conflitos que, ao invés de desenharem uma linha evolutiva ao longo da qual emergiria a nova “classe trabalhadora” constituem, antes, específicas bifurcações sociais; isto é, momentos concretos de reterritorialização de figuras produtivas cada vez mais desterritorializadas (“precarizadas”). A partir dessa visão do concreto que se constitui por novas subjetividades, é que se pode analisar, na França, as lutas imprevistas e intempestivas dos ferroviários em 1987, das enfermeiras em 1988, dos jovens operários da Peugeot em 1989, dos estudantes do secundário em 1990. É nesta mesma perspectiva que podemos compreender as formas de organização e de luta horizontal experimentada por cada uma delas de maneira original e não-cumulativa, no esforço sempre renovado de desenvolver um processo constituinte, isto é, não-representativo, de ação direta. Nenhuma linha de evolução progressiva nem de emergência cumulativa pode explicar ou desvelar um movimento que, no deslocamento do paradig-

ma, se constitui por linhas de fuga. Longe de se encaixar nas formas arcaicas de resistência ao paradigma pós-industrial, as greves de dezembro na França exprimem seus conflitos internos e mostram como, no pós-fordismo, o conflito assume uma intensidade que coincide imediatamente com a extensão da própria sociedade. É esse o grande conteúdo inovador das greves; é por essa mesma razão que essa nova subjetividade não tem origens, nem pode ser historicizada; digamos, ao contrário, que ela desenha uma geografia da mente que “arranca a história ao culto da necessidade para afirmar o valor irredutível da contingência. Arranca-a ao culto das origens para afirmar a potência do ‘meio’”¹³.

Greves, corporativismo e cidadãos

O discurso do pensamento único encontra seu melhor aliado nas análises que vêem as novas lutas como persistência de velhas formas abstratas de representação dos trabalhadores: “Não era verdade que o sindicalismo dos trabalhadores estivesse liquidado”; apesar da sua crise os “sindicatos conservaram ... a capacidade de representarem o conjunto dos trabalhadores”¹⁴, lemos num artigo que, aliás, apresenta alguns elementos interessantes. Em termos ainda mais nostálgicos, outros artigos¹⁵ falavam sobre a miséria absoluta para onde a globalização estaria empurrando as classes trabalhadoras; estas se encontrariam em condições de vida semelhantes às descritas na literatura social do século passado.

Ora, não é possível explicar a originalidade do evento pela soma de parciais representadas pelo papel residual das organizações sindicais¹⁶ ou pelos processos de exclusão e empobrecimento que atingem alguns segmentos populares. Ao contrário, só um ponto de vista global das modalidades de organização e de luta pode dar conta da sua novidade absoluta e reverter alguns dados que poderiam parecer objetivamente negativos:

a. A separação entre os trabalhadores dos setores público e privado

A falta de adesão à greve por parte dos trabalhadores do setor privado não é uma consequência dos limites do movimento mas um indicador

de que o conflito se constituiu nos serviços públicos, enquanto coração de um modo de produção baseado na integração produtiva da circulação. Portanto, essa clivagem indica menos os níveis de chantagem sobre o emprego, aos quais são submetidos os trabalhadores do setor “privado”, do que a dimensão estratégica dos trabalhadores de serviços, do setor público, como mega máquina social. Em outras palavras, mais que o medo de perder o emprego, o que limita a mobilização dos trabalhadores do setor privado é a perda da própria capacidade de desarticular a dinâmica desterritorializante da organização produtiva pós-fordista. Foi exatamente nesse nível que os trabalhadores dos serviços públicos descobriram, quase naturalmente, um papel estratégico e suas conseqüentes capacidades de reterritorialização.

b- O corporativismo

Os elementos corporativistas não se configuram como uma característica da luta mas como uma das formas de representação sindical - estas sim, de origem fordista e corporativista - que o movimento pós-fordista usou com a maior inteligência tática. Se o sindicato *Force Ouvrière*¹⁷ protestou com vigor contra a exclusão dos sindicatos dos órgãos de gestão do Seguro Desemprego - que corretamente o Governo estava propondo submeter ao Parlamento - a integração real das organizações dos desempregados e dos estudantes às manifestações de massa, assim como a própria forma da greve - de circulação social - tornava obsoleta toda separação de tipo corporativista empregado/desempregado, atuando como crítica radical das segmentações hierárquicas que regem os dispositivos de controle do *Welfare State*.

c- Os cidadãos reféns

A greve nos serviços públicos, mesmo quando limitada no tempo e na intensidade, encontra sempre grandes dificuldades para relacionar-se com os usuários e, de modo geral, com os cidadãos. O poder sempre tenta colocar os usuários como reféns dos grevistas. O caso recente da greve na Petrobrás é um exemplo de como essa demagogia pode destruir um movimento. No rígido inverno europeu, porém, esses problemas não ocorreram, não só porque os trabalhadores dos serviços públicos conseguiram obter o

apoio maciço dos usuários mas, também, porque a greve foi co-produzida por grevistas e usuários como um processo de reterritorialização cooperativa e comunicativa das metrópoles. A qualidade do apoio da população foi proporcional à intensidade de um conflito que não dava espaço a mobilizações efêmeras, do tipo “torcedor que nunca participa do jogo”. Ao contrário, os usuários tiveram um papel ativo, pago pelo cansaço físico necessário aos mínimos deslocamentos cotidianos. Portanto, as formas de socialização que sustentaram esse apoio de massa explicitaram a co-produção do movimento como constituição antagonista e cooperativa de condições e formas de vida, de produção e uso do espaço urbano. Reterritorializações que continuaram mesmo após a greve e que obrigaram, por exemplo, a empresa do metrô parisiense (RATP) a campanhas de propaganda para incitar os usuários a voltar ao subsolo da metrópole.

Lutas de classe no capitalismo pós moderno

Os atores do ciclo de greves mais importante dos últimos 25 anos constituíram um mosaico caleidoscópico de segmentos sociais extremamente diversificados (estudantes universitários, professores, metroviários, ferroviários, servidores públicos assim como usuários, *precaires*, desempregados¹⁸), que atestam como a relação salarial estourou numa miríade de figuras e como o dispositivo disciplinar fordista derreteu, tal qual um sólido que se tornou líquido, em uma modulação incessante da submissão¹⁹. Na generalização da luta começada pelas universidades, na sua radicalização nos serviços públicos, na sua co-produção pelos grevistas e usuários, pelos empregados e desempregados e pelos *precaires*, constituiu-se um sujeito antagonista capaz de transformar as inúmeras e odiosas fragmentações sociais, ou seja, a desterritorialização em novas territorializações. Esse sujeito não é unitário, mas um “movimento social híbrido”²⁰, isto é, feito de universitários, *precaires* e usuários que são, ao mesmo tempo, estudantes e trabalhadores. Um movimento que, portanto, fez da luta contra a atomização social - *Tous ensemble, Tous ensemble !* - um instrumento para o reconhecimento de sua multiplicidade, de sua constituição pluralista e, por isso, capaz de afirmar concretamente, pela primeira vez, que “o pensamento

único acabou”²¹.

Quando as lutas dos universitários visam problemáticas salariais, as greves dos metroviários e ferroviários colocam a proporcionalidade entre horizonte de vida e tempo passado no trabalho, os desempregados e *pré-caires* atacam um estatuto que os discrimina ao não reconhecer seu papel produtivo e começam a reivindicar uma renda garantida²²; quando os cidadãos-usuários co-produzem a greve mostrando que o problema não é o dos gastos sociais mas o de sua subordinação às lógicas de controle (pelo aparato hierárquico do Estado) e os servidores públicos percebem a dimensão central da circulação material e simbólica na produção de riqueza, encontramos, então, diante das dimensões políticas (e não sociológicas), sincrônicas (e não diacrônicas), intempestivas (e não previsíveis) de uma explosão constituinte cujo impacto e limites deverão tornar-se objeto de uma reflexão teórica que está apenas começando.



Notas

¹ “Defesa de Estado corporativo opõe franceses ao governo”, in *Folha de São Paulo*, 10 de dezembro de 1995.

² Trata-se do uso de um método que reduz a história a “uma forma de interioridade na qual o conceito necessariamente desenvolve ou desvela seu destino. A necessidade apoia-se na abstração de um elemento histórico que se torna circular”. Gilles Deleuze et Félix Guattari, *Qu'est-ce que la philosophie*, Paris 1990, pp. 91- 92.

³ Antonio Negri, “O pensamento que resiste à ordem”, in *Caderno Mais, Folha de São Paulo*, 24 de março de 1996.

⁴ Escutemos um outro sociólogo: “Os movimentos sociais não têm mais cabeça... Não têm mais perspectivas políticas... O esgotamento ideológico e intelectual da esquerda arrisca-se a reduzir o movimento à sua significação mais fraca: o medo do dia seguinte”. François Dubet, “Le mouvement et le vide politique”, in *Libération*, 28 de dezembro de 1995. Os economistas seguem a mesma linha: o movimento é “antes de tudo, uma coagulação anômica de medos e de frustrações categoriais”. Bernar Perret, “Le fantôme de la lutte des classes”, in *Le Monde*, 18 de dezembro de 1995. No mesmo registro, protegido pelo anonimato de um pseudônimo, um alto funcionário condena as greves com termos bem atuais no Brasil, qualificando-as como “burras e más” demonstrações da incapacidade dos trabalhadores de superar “os tripúdios do adolescente regressivo”. Solon, in *Le Monde*, 15 de dezembro de 1995.

⁵ Antonio Negri, *ibid.*

⁶ Cf. Michel Wieviorka e Pascal Perrineau, “De la nature du mouvement social”, in *Le Monde*, 20 de dezembro de 1995.

⁷ Trata-se de um dos sociólogos que mais tem colaborado, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, com Alain Touraine.

⁸ Christian Baudelot e Stéphane Israël, “Le bel avenir de la grève”, in *Le Monde*, 28 de dezembro de 1995.

⁹ Eis um brilhante exemplo brasileiro: “Na França, as manifestações contra o governo foram organizadas por sindicatos de funcionários públicos. Isso denota corporativismo. Empresas públicas deficitárias parecem andar juntas com sindicatos poderosos que representam o interesse de pequenos grupos”. Wilson Vieira Santos (entrevista a), in *Isto É*, 13 de março de 1996.

¹⁰ A. Negri, *ibid.*

¹¹ “Pierre Bourdieu choisit la grève contre la ‘barbarie’”, in *Le Monde*, 14 de dezembro de 1995.

¹² Lei destinada a reduzir o desemprego dos recém-diplomados, com formação técnica, pela desvalorização dos salários à entrada no mercado de trabalho, e retirada após um mês de violentas manifestações de rua em todas as grandes e pequenas cidades da França.

¹³ Gilles Deleuze et Felix Guattari, *ibid.*

¹⁴ Cf. João Guilherme Vargas Netto, “Moda Francesa”, in *Atenção*, fevereiro 1996.

¹⁵ Podemos ler em *Le Monde Diplomatique*: “La tradition sociale de choix purement idéologique, fondée sur la rigueur budgétaire, les délocalisations, la compétitivité, la productivité, etc. De cela les gens ne veulent plus. Ils n’acceptent pas qu’on appelle ‘réforme’ ce qui n’est, au sens propre, qu’une contre-réforme, un retour à l’ordre social ancien, au monde abominable décrit par Dickens et par Zola”. “L’espoir”, Ignacio Ramonet, Janeiro 1996.

¹⁶ Jacques Kergoat explica com clareza: “Em dezembro último, as novas gerações de trabalhadores mostraram que não são hostis às organizações sindicais. Mas, muitas vezes, têm o costume de usá-las, quando isso lhes é imediatamente útil, e de afastar-se delas logo depois”. “Les syndicats français mis au défi”, in *Le Monde Diplomatique*, março 1996.

¹⁷ Sindicato francês que participou da greve apesar de sua linha ser, tradicionalmente, extramamente moderada.

¹⁸ “Passeatas maciças reuniram nas províncias estudantes, ferroviários e funcionários dos serviços públicos em enfrentamentos de manifestantes com as forças de polícia, em Paris e em outra três cidades...” *Le Monde*, 2 de dezembro de 1995.

¹⁹ Cf. Christophe d’Hallivillé, “Dans la neige électronique, avec le spectre de décembre 1995”, in *Futur Antérieur*, Paris, Avril 1996.

²⁰ Laurent Guilloteau, “L’avenir de la rupture sociale dure longtemps”, in *Futur Antérieur*, Paris, Avril 1996.

²¹ “Um grevista da Gare du Nord”, in *Le Monde*, 19 de dezembro de 1995.

²² Princípio aprovado por uma consistente minoria da Coordenação dos Estudantes Universitários.

■.....Giuseppe Cocco é professor visitante do IPPUR/UFRJ e pesquisador associado do CNPq.